

Freedom to travel ou *freedom to trade*? Uma **análise crítica** do discurso do **WTTC**

HÉLIO HINTZE * [heliohintze@yahoo.com.br]

ANTÓNIO RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR ** [almeidaj@usp.br]

Resumo | O objetivo deste artigo é apresentar o discurso neoliberal do *World Travel and Tourism Council* (WTTC) e promover estudos críticos a respeito dos enunciados produzidos por tal entidade. Em vez de se apresentar como um organismo neutro que produz enunciados neutros sobre o turismo, o WTTC é um agente de mercado que tem claros interesses na produção da confusão entre as ideias de viagem (direito humano inalienável de se deslocar pelo mundo livre de constrangimentos) e turismo (forma capitalista da exploração destes deslocamentos legítimos). Tais interesses devem ser postos às claras na hora da produção dos significados do turismo. O objeto de análise deste artigo é o discurso da prioridade estratégica *freedom to travel* elaborada pelo organismo em questão. A Análise Crítica de Discursos foi a metodologia adotada. Com este trabalho procurou-se fazer com que aqueles que se envolvem com o turismo se posicionem dentro deste campo de disputas que tem o planeta como 'tabuleiro'.

Palavras-chave | *World Travel and Tourism Council* (WTTC), Organização Mundial de Turismo (OMT), Análise crítica de discurso, Neoliberalismo, Turismo.

Abstract | The objective of this paper is to present the neoliberal discourse of the World Travel and Tourism Council (WTTC) and to promote critical studies on the statements produced by such entity. Before being a neutral body that produces neutral statements on tourism, WTTC is a market agent that has clear interests in the production of confusion between the ideas of travel (inalienable human right to move the world free of constraints) and tourism (capitalist form of exploitation of these legitimate offsets). Such concerns should be brought to light at the time of production of the meanings of tourism. The object of analysis is the discourse of strategic priority 'freedom to travel' drawn up by the WTTC. The Critical Analysis of Discourses was the adopted methodology. This work seeks to make those who are engage with tourism to position themselves within this field of disputes which has the planet as a 'game board'.

Keywords | World Travel and Tourism Council (WTTC), World Tourism Organization (UNWTO), Critical discourse analysis, Neoliberalism, Tourism.

* **Doutor em Ciências** pela Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz' da Universidade de São Paulo. **Professor** no SENAC/SP (Campus Águas de São Pedro).

** **Pós-doutor em Administração** pela *McGill University* e em Comunicação pela *University of Massachusetts*, e **Doutor em Sociologia** pela Universidade de São Paulo. **Professor Associado** do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP.

1. Introdução

O *World Travel and Tourism Council* (WTTC) é “o fórum para os *Chairmen*, Presidentes e CEO’s de cem das principais companhias de Viagens e Turismo do mundo” (WTTC, 2013). Seu corpo de membros é composto por empresas que

incluem o espectro total da indústria das Viagens e Turismo – de empresas aéreas e aeroportos, a hotéis e grupos de hospitalidade, operadoras de turismo e agentes de viagens do varejo, distribuidores *online*, cruzeiros, companhias de investimento, grupos de seguradoras e a indústria dos jogos (WTTC, s.d.).

Este organismo é uma “coalizão global de organismos da indústria” (WTTC, s.d.), representante de um conjunto de poderosos conglomerados empresariais que exploram a atividade turística, além de outras áreas. O WTTC se descreve da seguinte forma:

Como uma organização voluntária, o WTTC fornece um exemplo importante dos líderes de negócios, que gastam tempo e dinheiro para mover sua atividade mundial para frente, enquanto desempenham um papel crucial na garantia do desenvolvimento sustentável em nosso mundo em constante mudança (WTTC, s.d.).

Em sua atuação política, o WTTC “estabelece prioridades estratégicas, com vistas a identificar as questões que mais dificultam a operação ou desenvolvimento do setor” (WTTC, 2013). Sua missão é eliminar estas dificuldades, dissolvendo qualquer tipo de empecilhos aos negócios (e aos lucros) de seus membros associados. O WTTC mostra-se como um gigantesco organismo internacional, neoliberal, estruturado para defender tais interesses econômicos e políticos.

Este conselho anuncia-se como a entidade mais importante no âmbito do turismo em nível mundial: “A autoridade mundial em Viagens e Turismo”

(WTTC, 2012). A Organização Mundial do Turismo (OMT) é a “agência das Nações Unidas responsável pela promoção do turismo responsável, sustentável e universalmente acessível” (OMT, 2011), composta por “156 países-membros, 6 membros associados e mais de 400 membros afiliados representando o setor privado, instituições educacionais, associações de turismo e autoridades turísticas locais” (OMT, 2011). Por ser uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) esperava-se que oferecesse um exercício contra-hegemônico à atuação neoliberal do WTTC. No entanto, não é isso que acontece, pois a OMT luta por “uma ordem turística mundial, equitativa, responsável e sustentável, em benefício partilhado de todos os sectores da sociedade, num contexto de uma economia internacional aberta e liberalizada” (OMT, 2001, p. 4). Ela defende as mesmas bases neoliberais do WTTC: luta pelos interesses dos agentes econômicos e políticos que lucram com uma economia ‘internacional aberta e liberalizada’.

Ambos os organismos trabalham legitimando o turismo (e seus agentes de mercado), apresentando dados e estatísticas a respeito da atividade, atuando politicamente junto a grandes empresas e governos. Apenas dois exemplos: (i) o WTTC afirma que o turismo é uma das maiores indústrias do planeta, movimentando, apenas no ano de 2011, dois trilhões de dólares (WTTC, 2012)¹; (ii) a OMT (2012) afirma que, apenas no ano de 2012, pouco mais de um bilhão de turistas viajaram ao redor do planeta. Em 1950, esse número era em torno de 25 milhões (OMT, 2013). Nas projeções da OMT, o turismo alcançará 1,8 bilhões de turistas viajando pelo planeta até 2030 (OMT, 2013).

Pode-se observar que, entre 1950 e 2012, a quantidade de turistas circulando ao redor do mundo elevou-se quarenta vezes. A previsão de aumento de 2012 para 2030, ou seja, em 18 anos, é de cerca de 80%. Esses números apontam um

¹ Levada em consideração a contribuição total (impactos diretos, indiretos e induzidos), os números do turismo apresentados pelo fórum para o ano de 2011 são bem maiores: 6.3 trilhões de dólares - 9% do PIB mundial (WTTC, 2012).

crescimento insustentável da atividade e, despertam nosso interesse sobre importantes assuntos:

- a magnitude do turismo como manifestação do capital;
- as perspetivas alarmantes de seu crescimento em médio prazo;
- o poderio econômico e político dos agentes que se dedicam à exploração do turismo em nível mundial;
- os graves problemas ambientais que já estão sendo gerados por tal atividade (e, que só se agravarão caso as estatísticas da OMT estejam corretas).

As informações sobre o turismo produzidas e divulgadas pelo WTTC e OMT são reproduzidas em praticamente todos os níveis de elaboração sobre o tema. Todavia, estas reproduções são, quase sempre, tomadas como dados de enunciadores imparciais, neutros, ou seja, realizadas acriticamente. O poder público, organizações não governamentais, a mídia, empresas em geral e, especialmente preocupante, os ‘intelectuais’ do turismo, autores, professores e pesquisadores universitários, estudantes em geral, utilizam essas informações, sem se perguntar a quem elas representam, quais são seus interesses, ou ainda, com quais propósitos definem o que ‘é’ turismo.

Os interessados no turismo devem tratar tais fontes de informações com ceticismo: na pesquisa científica, por exemplo, utilizar ou reproduzir os enunciados do WTTC, da OMT (ou de qualquer outro enunciador) sem a devida reflexão sobre quais interesses eles representam deve ser encarado como um grave problema metodológico; reproduzir tais enunciados sabendo a quem esses organismos representam e servem é estar em acordo com suas estruturas e propostas. É, portanto, assumir uma posição política. Para nós, ambas as situações são problemáticas, e todos esses enunciados devem ser postos num plano de análise crítico, de plena suspeição.

Não há informação neutra, assim como não há estudo científico que detenha tal privilégio (Morin, 2005). Nas investigações, a atitude como

cientistas sociais críticos “deve ser a que se orienta para maximizar a objetividade e para minimizar a neutralidade” (Santos, 2011, p. 32).

O objetivo deste trabalho é questionar a legitimidade dos discursos destes organismos e estimular outros pesquisadores a desdobrar novas hipóteses de trabalho e elaborar novas reflexões sobre qualquer ‘texto’ produzido por qualquer enunciador, seja este texto falado (sonoro), escrito, imagético, dados e estatísticas em geral, que gerem qualquer tipo de conhecimento sobre os significados do ‘turismo’.

Especificamente, deseja-se demonstrar que os discursos elaborados pelo WTTC são carregados da marca neoliberal que caracteriza as empresas que o compõem. O neoliberalismo é

em primeira instância uma teoria de práticas políticas econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor avançado garantindo as liberdades individuais e as competências empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por fortes direitos de propriedade privada, livre mercado e do livre comércio (Harvey, 2005, p. 2).

De acordo com Chomsky (2006), o neoliberalismo é um sistema doutrinário de princípios orientados para o mercado, baseado nas ideias do chamado de Consenso de Washington. Suas regras básicas são:

- i) Liberalização do mercado e do sistema financeiro: desregulamentação da economia e incentivo à competição e ao lucro;
- ii) Fixação dos preços pelo mercado: autonomia do mercado para fazer o que quiser;
- iii) Fim da inflação, “que aumenta a segurança em investimentos, incluindo investimentos em desenvolvimentos turísticos” (Mowforth & Munt, 2003, p. 263);
- iv) Privatização: neste sentido, o governo (e, num Estado democrático, o povo) deve ficar fora do comando das decisões, este passa para o mercado.

Na produção de um consenso imbecilizante, a ‘pedagogia’ cultural do neoliberalismo afirma e

reafirma, em todos os canais, que não há alternativa a esse sistema, e que mesmo sendo imperfeito, ele é a única via possível (McChesney, 2006). Esse consenso fabricado (Chomsky, 2006) é fortalecido pela participação dos 'intelectuais' que agem em seu favor. Na investigação do turismo, isso não é diferente. Os discursos de agentes hegemônicos neoliberais, tais como o WTTC, "tendem a fazer crer que a mensagem neoliberal é uma mensagem universalista de libertação" (Bourdieu, 1998, p. 44).

A produção discursiva do WTTC sobre o turismo em nível mundial parece obedecer a todos esses critérios. Os estudos críticos do turismo têm como objetivo descrever "de modo muito preciso os procedimentos a partir dos quais essa visão de mundo é produzida, difundida e inculcada" (Bourdieu, 1998, p. 42).

Ao demonstrar as marcas neoliberais do discurso do WTTC quer-se promover e estimular a crítica às considerações desta organização sobre os significados do turismo na contemporaneidade. O WTTC não é uma entidade neutra no campo de disputas chamado turismo, pois defende interesses próprios e alheios. Aqueles que se envolvem com o turismo deverão passar a se posicionar, quando se utilizarem de tais fontes, assumindo sua posição política no jogo de disputas 'chamado' turismo.

A bibliografia crítica ao WTTC é escassa. Uma referência merece destaque: o trabalho de Higgins-Desbiolles. Aquele autor desenvolve importante análise do papel do WTTC como "agente dos interesses do capitalismo transnacional" (Higgins-Desbiolles, 2006, p. 144).

Dois hipóteses animam a busca por reflexões:

i) a produção discursiva do WTTC não é mera comunicação, mas um processo de persuasão intencionalmente criado por poderosos agentes econômicos e políticos que integram o fórum. Estes procuram legitimar seus interesses comerciais, econômicos, e políticos, e os lucrativos negócios do turismo, como sinônimo do direito humano da viagem. Tal produção mostra-se, não como uma atividade neutra, mas como poderoso instrumento em jogos de poder;

ii) o turismo pode ser investigado como um dos mais bem elaborados aparelhos de 'subjetivação capitalista', afinal os discursos neoliberais elaborados pelo WTTC, longe de serem 'apenas' uma forma de comunicação, produzem o, e são produtos, do mundo no qual vivemos (Fairclough, 2008).

A 'subjetivação capitalista' é a introjeção do poder repressivo do capital "no conhecimento, na cultura, na sensibilidade e na sociabilidade nos indivíduos" (Guattari, 2001, p. 31). É uma estratégia resultante do deslocamento da produção do capital, da simples elaboração de bens e serviços para a elaboração de "estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade" (Guattari, 2001, p. 31), utilizada para converter aos códigos do capital tudo aquilo que ele 'toca', transformando praticamente tudo em mercadorias fluídas (Bauman, 2001) para serem postas no mercado consumidor globalizado, procurando sempre "generalizar a forma econômica do mercado [...] em todo o corpo social, e generalizá-la até mesmo em todo o sistema social que, de ordinário, não passa ou não é sancionado por trocas monetárias" (Foucault, 2008, p. 333). A época contemporânea "exacerbando a produção de bens materiais e imateriais em detrimento da consistência de Territórios existenciais individuais e de grupo, engendrou um imenso vazio na subjetividade que tende a se tornar cada vez mais absurda e sem recursos" (Guattari, 2001, p. 30), assim a subjetividade capitalista é introjetada nas pessoas e torna-se praticamente blindada contra a crítica que vem 'de fora'. Os indivíduos, uma vez 'contaminados', (re)produzirão o capital a partir de suas ações mais banais. Tal processo põe em risco a democracia, as culturas e os mais diversos ambientes. A produção discursiva do WTTC é uma manifestação marcante deste processo.

O WTTC tem em sua missão de desembaraçar empecilhos aos negócios de seus membros, uma tripla estratégia prioritária: (i) a liberdade para viajar; (ii) políticas para o crescimento; e (iii) turismo para o amanhã. Analisar-se-á a primeira delas: a *freedom*

to travel. A metodologia utilizada foi a Análise Crítica de Discursos (Fairclough, 2008; Van Dijk, 2008).

2. *Freedom to travel ou freedom to trade?*

Acompanha-se, inicialmente, o texto da *freedom to travel*:

O WTTC acredita no direito das pessoas viajarem de forma segura (*safely, securely*) e eficiente através de fronteiras internacionais. Reconhecemos que há preocupações legítimas sobre a segurança na fronteira soberana, que devem continuar a ser prerrogativas dos Estados-nação, cada país tem o direito de se defender como lhe aprouver. No entanto, dada a sua missão de maximizar o potencial de crescimento sustentável da indústria, é papel do WTTC convocar os governos a adotar políticas mais inteligentes de vistos, e de segurança para as fronteiras para promover as Viagens & Turismo como um indutor de empregos e crescimento econômico. É hora de uma mudança fundamental nas mentes dos governos – equilibrar as necessidades de segurança com a liberdade de viajar, afastando-se da abordagem atual em direção a uma implementação mais rápida de isenção de vistos e de programas confiáveis para viajantes (WTTC, 2013).

O WTTC é o produtor textual (Fairclough, 2008) deste excerto, e sujeito da primeira oração ('O WTTC acredita'), produzindo assim sua própria personificação (Azeredo, 2011; Cegalla, 2012; Garcia, 2010). O que isso significa? Para construir a alcunha 'WTTC', seus membros associados utilizam-se de uma figura de pensamento chamada 'personificação': o produtor do texto (o agente humano que o produziu) atribui caracteres humanos, "ações, atitudes ou sentimentos próprios do homem" (Garcia, 2010, p. 113) a seres inanimados (Azeredo, 2011; Cegalla, 2012): neste caso, o próprio organismo internacional. Por meio da personificação, 'WTTC', que não é um sujeito humano, aparece nos discursos que são elaborados a seu

respeito, 'agindo' e 'sentindo' como se fosse humano. É assim que o 'WTTC acredita'.

Trata-se de uma estratégia discursiva-ideológica de irresponsabilização dos agentes humanos que se escondem atrás de tal alcunha. Esta estratégia produz a naturalização do WTTC, representando-o como um ente em nosso dia a dia, fazendo com que as pessoas que agem em seu nome e suas respectivas responsabilidades desapareçam. É a manipulação do discurso para que este cumpra sua função ideacional (Fairclough, 2008): represente, ou melhor, forje a realidade.

No entanto, não se pode perder de vista que os discursos e as ações das pessoas que agem usando o nome WTTC, se plasmam no real, alterando-o, e afetando diretamente a vida de outras pessoas e o ambiente em que elas vivem. São, em última instância, ações de pessoas afetando a vida de outras pessoas e lugares. Dada a dimensão global da exploração do turismo, trata-se de um jogo de poder cujo tabuleiro confunde-se com o próprio globo terrestre. O WTTC é a entidade que representa o mercado global de exploração do turismo, "só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalísticas" (Santos, 1993, p. 67). Os atores são as pessoas que agem dentro destas empresas globais, e é dessas pessoas a responsabilidade de seus atos. Elas não podem mais se ocultar atrás de uma sigla.

Seguindo a análise, a primeira oração do excerto analisado é afirmativa, pois as palavras 'acredita', 'direito', 'segura' e 'eficiente' constroem uma assertiva positiva, aceitável, e desejável. A ideia de associar 'viagem' e 'direito' é exercitada pelos enunciadores que têm interesse neste mercado². O WTTC é a fonte primordial deste discurso, pois é ele quem defende a ideia de que viajar (de forma segura e eficiente) é um 'direito humano'.

² Foram analisados os discursos de cinco enunciadores hegemônicos sobre o turismo, a saber: WTTC, OMT, Ministério do Turismo de Brasil, mídia e academia (Hintze, 2013).

A primeira prioridade estratégica do WTTC é a de produzir uma confusão intencional entre o direito legítimo que todo ser humano tem de viajar pela superfície da Terra, livre de constrangimentos e em segurança, com a exploração comercial deste deslocamento a partir do mercado do turismo, o qual ele representa. Ao associar 'viagem' e 'direito', esse discurso procura validar a exploração comercial do deslocamento humano por meio do mercado do turismo. E, com isso legitimar a ação das empresas que lucram com tal exploração.

E, se no senso comum o ato de 'legitimar' significa "colocar o que está fora da lei, dentro da lei" (Houaiss & Villar, 2001, p. 1736), na extensão deste significado, o artifício de 'legitimar o turismo' como sinônimo de viagem deve ser interpretado como a tentativa de colocar tudo aquilo que será tratado como turístico sob as leis do mercado neoliberal. Quais são os termos deste mercado?

- i) A busca obstinada de lucro, de eficiência e racionalização;
- ii) A constante (re)criação de tudo à imagem ditada pelo marketing;
- iii) A produção de 'significados' e territórios existenciais, por meio da incessante produção de novas mercadorias 'fluidas' materiais ou na forma de serviços e de 'experiências';
- iv) A disponibilização dos elementos capturados pelo capital, no jogo da oferta e da demanda mundial, estimulando assim a concorrência entre as diferentes 'ofertas', sendo preciso afirmar que "no modo de produção capitalista, tanto a oferta quanto a demanda são produtos da dinâmica da acumulação capitalista e não do livre jogo de fatores produtivos no mercado ou de um princípio subjetivo fundado em desejos e necessidades de homens" (Leff, 2006, p. 39);
- v) Sua obsolescência e descarte cada vez mais veloz, tornando-as obrigatoriamente mais efêmeras;
- vi) A aparente produção de outras mercadorias ou imagens (mercadorias-símbolo, significados e territórios existenciais) de e para consumo; e

- vii) O desmanche de quaisquer empecilhos que possam dificultar a circulação das mercadorias.

A efetiva missão do fórum é a de promover a fluidificação do trânsito dos turistas ao redor do mundo, ou seja, liberar a atuação das empresas que levam e trazem turistas por todo o globo terrestre dos atuais 'empecilhos' burocráticos, e, principalmente das taxas e controles governamentais.

É para construir a possibilidade dessa fluidificação, que o discurso *freedom to travel* do fórum é construído de maneira a associar 'viagem' com 'direito'. Para que isso se dê, é necessário que todos acreditem (a par do WTTC, que acredita...) que as pessoas têm o 'direito de viajar'. E é essencial acreditar que o turismo é sinônimo exclusivo desta condição. Garantido o suposto direito das pessoas à 'viagem', agora declaradamente pela via do "monopólio radical" (Illich, 1973)³ do turismo, está garantido o 'direito' das empresas que exploram estes deslocamentos de obter seus exorbitantes lucros.

Não obstante, o turismo não pode ser um direito de todos. Atualmente, pelas estatísticas da OMT 'apenas' 10% da população mundial fazem turismo (OMT, 2012). Isso o constitui como um privilégio de poucos. O direito à viagem, ao deslocamento deveria ser universalizado; o direito ao turismo, sob as condições (im)postas pelo WTTC, e reproduzido acriticamente por outros atores, deve ser combatido.

Esse 'direito' deve ser garantido por meio da 'segurança' e da 'eficiência' nas fronteiras internacionais. Para aquele fórum, 'eficiência' significa menos embaraços no trânsito daqueles que podem: por isso, o fórum convoca os governos a promoverem a queda de vistos, de obrigatoriedades e de exigências legais para os turistas. Para estes, as fronteiras e barreiras de qualquer natureza devem ser eliminadas. Isso se traduz por 'direito' para o WTTC.

³ Monopólio radical verifica-se quando um processo de produção industrial exerce um controle exclusivo sobre a satisfação de uma necessidade premente, excluindo as atividades não industriais da concorrência (Illich, 1973).

Todavia, não são apenas turistas que tentam cruzar as fronteiras dos Estados-nação. E neste sentido, o discurso do conselho ‘reconhece’ que existem preocupações ‘legítimas’ sobre a ‘segurança’ na – agora sim – ‘fronteira soberana’, e estas devem ser mantidas nas mãos do Estado-nação.

Percebe-se que se trata de um jogo. Primeiramente, as fronteiras nacionais devem ser implodidas para o trânsito livre e fluído dos turistas, e das empresas que exploram o turismo. Para isso, o fórum convoca os governos a se afastarem, e manterem-se o mais distante possível de quaisquer regulações deste mercado. Mas, para os demais (os não-turistas), o conselho reconhece e recomenda que ‘cada país tem o direito de se defender como lhe aprouver’. O WTTC afasta qualquer responsabilidade do mercado e recoloca o governo na dinâmica, mas no papel de segurança de fronteira. O ônus da garantia da segurança dos turistas (e das empresas) fica por conta dos governos.

Os governos devem defender-se de quem? Infelizmente, o texto não os menciona. Considera-se este silêncio provocativo. Neste caso, as fronteiras devem ser cuidadosamente vigiadas para que os “vagabundos [...] o refugio de um mundo que se dedica aos turistas” (Bauman, 1999, p. 101): migrantes, refugiados, terroristas, e, o pior tipo, pessoas sem cartões de crédito, fiquem aliados, distantes e sem acesso. Essas barreiras devem manter-se intransponíveis.

A missão do fórum é declarada: ‘maximizar o potencial de crescimento sustentável da indústria’. Não é objetivo a análise da ideia de sustentabilidade. Mas, cabe aqui apontar que se considera que ‘crescimento sustentável da atividade turística’ é “uma estratégia discursiva para dissolver as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento” (Leff, 2006, p. 138) das atividades que interessam aos conglomerados que exploram o turismo. Neste sentido, a questão ambiental referente à exploração

do turismo muito longe de ser sustentável, é algo alarmante. As evidências são mais que fortes: o aumento da ordem de quarenta vezes na circulação de turistas ao redor do mundo em pouco mais de sessenta anos não é exatamente o que se pode chamar de ‘crescimento sustentável da atividade turística’. Pode-se projetar a perspectiva de problemas socio ambientais catastróficos, ao cruzarmos dados da emissão de gases de efeito estufa provenientes da “indústria aérea turística mundial” (Whitelegg, 2000, p. 19) atual com a perspectiva de 1.8 bilhões de turistas viajando pelo globo em 2030 (OMT, 2013). Ambientalmente falando, isso é inviável. Vale apenas observar que são membros do WTTC empresas como *United Airlines, British Airways, International Airlines Group (British Airways e Iberia), China Southern Airlines, South African Airways, Etihad Airways, Beijing Capital International Airport, Dubai Airports International*, e a *Los Angeles World Airports*⁴. Fica claro o interesse do WTTC em chamar o exorbitante crescimento da atividade turística, pelo eufemismo de ‘crescimento sustentável’.

Para que este estado máximo do potencial da indústria e de seus lucros possa ser obtido, o trânsito dos turistas deve ser fluidificado, as barreiras implodidas, o mundo integrado num grande mercado global. Para isso, os governos estão ‘convocados’ pelo WTTC a adotar políticas ‘mais inteligentes’ de vistos e de segurança para fronteiras. Ao ‘convocar’ os governos, o WTTC mostra seu poder de fogo, que, supostamente, está muito acima da autoridade nacional.

O mercado (representado pelo WTTC) e o Estado trabalham juntos. Atualmente, o relacionamento entre eles deve ser lido não como apenas de ‘detrimento’ do Estado, mas por meio de uma série de acordos entre este e o mercado. Ou ainda, a tentativa, em acordo, de regulação do mercado por agências do Estado (no caso brasileiro relativo ao turismo, a EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo) e também a regulação do Estado pelas forças do mercado (bolsas de valores, parcerias público-privadas para exploração de unidades de conservação). Estas relações tomam diversas

⁴ A lista dos membros do WTTC está disponível em www.wttc.org.

nuances na contemporaneidade, portanto, não há uma única forma de nos referenciar a elas. Há o Estado capitalista na contemporaneidade. Há, também, uma compreensão do papel do Estado no e para o capitalismo contemporâneo. Há várias formas de atuação do capitalismo na atualidade, assim como há diversas compreensões sobre seu funcionamento. Desta forma, assim vai, quase ao infinito, os possíveis de denominação e, desdobramentos, interpretações e juízos de valor. Nos tempos atuais, tais relações vão ao paroxismo, havendo várias formas de se interpretar esta questão.

Harvey (2005) lembra que no neoliberalismo, o quadro institucional é marcado por fortes direitos de propriedade privada, livre mercado e livre comércio,

o papel do Estado é criar e preservar um quadro institucional adequado a tais práticas. O Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Ele também deve estabelecer os militares, a defesa, os policiais e as estruturas legais e funções necessárias para garantir os direitos de propriedade privada e garantir, pela força se necessário, o funcionamento adequado dos mercados. Além disso, se os mercados não existem (em áreas como a terra, água, educação, saúde, segurança social, ou poluição ambiental), então eles devem ser criados pela ação do Estado, se necessário. Mas, para além destas tarefas, o Estado não deve se aventurar. As intervenções do Estado no mercado (uma vez criado) devem ser mantidas a um mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado não pode possuir informações suficientes para adivinhar os sinais de mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e enviesar as intervenções estatais (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (Harvey, 2005, p. 2).

Na defesa de seus interesses, o fórum afirma que é justamente o movimento dos detentores do 'direito de viajar' (fazer turismo) que pode ser indutor do tão sonhado 'crescimento econômico', e da 'geração de empregos' aos países que necessitam. Ponto fundamental do discurso do WTTC, afinal

essas são duas de suas principais bandeiras: 'crescimento econômico' e 'geração de empregos'. As empresas que constituem o WTTC são assim apresentadas como "salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade" (Santos, 1993, p. 68). Para o WTTC, liberar o trânsito dessas empresas é ser 'mais inteligente'.

O *freedom to travel* do WTTC é produzido de maneira a exigir que os governos se afastem das abordagens atuais e promovam uma política 'descomplicada' de vistos para turistas, ou melhor, que promovam a isenção total de vistos para turistas. Para incentivar a indústria (e gozar dos 'benefícios' que ela pode gerar), os governos devem adequar-se às exigências da 'convocação' do WTTC (ausência de vistos para os turistas e vigilância para os demais). Para os primeiros, fica o 'direito a viajar'; ao 'resto' ficam as políticas de segurança, as fronteiras fechadas e a exigência cada vez maior na conferência dos passaportes. Historicamente pode-se observar que, com esse movimento, os vistos de entrada vão ficando obsoletos, mas

não o controle de passaportes ainda necessários – talvez mais do que nunca – para eliminar a confusão criada pela abolição dos vistos: a fim de separar aqueles para cuja conveniência e facilidade de viagem foram abolidos os vistos daqueles que deveriam ter ficado no lugar de onde saíram, quer dizer, que nem deveriam viajar (Bauman, 1999, p. 95).

A abolição de vistos para os turistas (privilegiados, ricos, empresários) e do reforço do controle de passaportes, do uso de equipamentos para revista para os 'vagabundos', indesejáveis, excluídos é uma poderosa metáfora para a nova estratificação social global (Bauman, 1999), reforçada pela atual forma como o turismo é produzido pelo WTTC, e por todos aqueles que reproduzem acriticamente seus discursos. O controle não é apenas dos vistos, mas também dos corpos, bagagens, dados, e porque não, pensamentos e desejos.

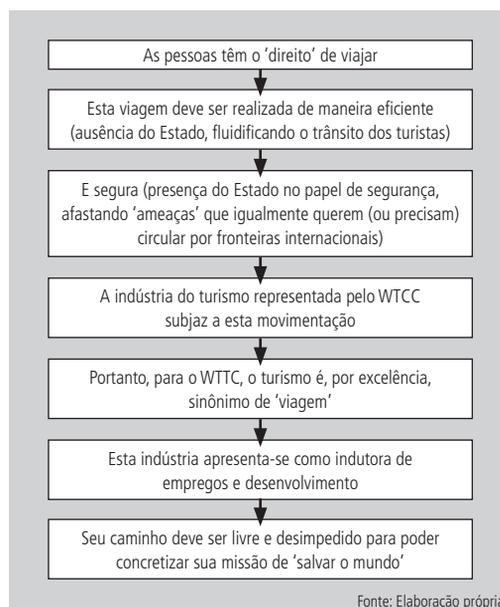
A estratégia neoliberal *freedom to travel* que o WTTC tem como prioridade implantar em todo o globo terrestre mostra-se perversa: ela se desvela em sua essência como uma política que defende e quer implantar, de fato, a *freedom to trade*, a liberdade para fazer negócios (Mowforth & Munt, 2003) – e esta beneficia apenas as empresas que o fórum representa, e os poucos que podem ser turistas. Fazer do globo um imenso mercado integrado, desregulado, desimpedido para o trânsito fluído dos consumidores do turismo. A movimentação destes é o palco no qual se encena a ilusão do turismo, mas quem lucra com a atividade permanece no bastidor. A *freedom to travel* é apenas uma camuflagem de interesses e de liberdades comerciais para estas grandes empresas.

Ao fazer alarde sobre a liberdade de alguns para viajar com cada vez menos constrangimentos, a *freedom to travel* inverte esse direito e nega-o a muitos. Nega-lhes “o direito à liberdade de movimento que se elogia como a máxima realização do mundo globalizante” (Bauman, 1999, p. 84), criando a inaceitável restrição de trânsito seguro e eficiente à gritante maioria das pessoas do planeta. Um exemplo: o naufrágio na costa de Lampedusa (Itália), no qual morreram mais de 350 pessoas que tentavam imigrar ilegalmente do norte da África para a Itália. A essas pessoas, que não são turistas, mas sim refugiados, torturados, excluídos, foi negado o direito da viagem, e de uma vida digna de ser vivida⁵.

Essas pessoas são as ‘preocupações legítimas sobre a segurança na fronteira soberana’ que o WTTC quer entregar nas mãos dos governos. Isso transforma a questão das migrações de populações que buscam refúgio, emprego, segurança, possibilidades de nova vida em outros Estados-nação, num termo abstrato chamado de ‘preocupações legítimas’. São tratados como detritos. E, pior, todas a cargo do Estado, pois nessa hora o WTTC retira-se da cena.

Criticamente analisada, a *freedom to travel* produz

Figura 1 | Encadeamento da filosofia subjacente à estratégia *freedom to travel*.



uma falácia, pois embaralha as noções legítimas de viagem e direito à dominação neoliberal do mercado turístico sobre os deslocamentos humanos. Seu encadeamento aparentemente lógico pode assim ser lido conforme se apresenta na Figura 1.

A produção discursiva do WTTC não pode mais ser aceita pelos atores que desejam que os deslocamentos humanos sobre a Terra não sejam apenas formas para confirmação da hegemonia neoliberal.

3. Considerações finais

WTTC é a representação fantasmagórica de um gigantesco conjunto de decisivos agentes para o processo da exploração capitalista planetária do turismo. Sua perversa ideia de ‘turismo como direito’ deve ser criticamente analisada sob diversas perspectivas, e radicalmente combatida. Aquele conselho se utiliza do imenso poder do capital daqueles que se congregam sob seu nome para exigir dos governos locais a facilitação do trânsito dos

⁵ Reportagem BBC Brasil, datada de 05/10/2013, intitulada ‘Naufrágio em Lampedusa ilustra dilema europeu com imigração’.

turistas, para o desembaraço no fluxo do capital. O turismo mina a autonomia dos governos locais em função de uma indústria mundial que muito lucra com isso, e não porque se tornou um direito. Assim, por meio da imagem do WTTC, as pessoas que estão a operar o mercado lutam para que “o poder tenha liberdade de fluir, [e para que isso ocorra] o mundo deve estar livre de cercas, barreiras, fronteiras fortificadas e barricadas” (Bauman, 2001, p. 22). Mas, quando o capital flui leve e rapidamente, “sua leveza e mobilidade se tornam as fontes mais importantes de incertezas para todo o resto” (Bauman, 2001, p. 141).

O turismo é não um direito (como quer o WTTC), justamente porque não pode ser para todos. E, nem pode vir a ser, pois, se fosse para todos, o planeta não teria capacidade de suporte ambiental para toda essa atividade. Se o ‘direito ao turismo’ fosse concretizado, e sete bilhões de pessoas tivessem condição de viajar em seus confortáveis aviões e ônibus leito *around the world*, isso significaria um desastre ambiental sem precedentes.

Tudo isso se passa como se as viagens só pudessem se dar a partir do aparato capitalista neoliberal proposto e defendido pelo WTTC: o monopólio radical (Illich, 1973) do turismo. Essa falácia precisa ser radicalmente combatida. Os acadêmicos que se utilizam dos discursos e dados do WTTC sem a necessária reflexão crítica precisam compreender que estão – mesmo que não queiram – se posicionando a favor das proposições políticas e comerciais adotadas pelo organismo.

Para se poder desenvolver estudos mais objetivos e menos neutros a respeito do turismo, é preciso extremada atenção a esta questão, que, como pode-se observar, nem de longe, é um detalhe.

Referências bibliográficas

- Azeredo, J. C. (2011). *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Cegalla, D. P. (2012). *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional.
- Chomsky, N. (2006). *O lucro ou as pessoas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Fairclough, N. (2008). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martin Fontes.
- Garcia, O. M. (2010). *Comunicação em prosa moderna: Aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: FGV.
- Guattari, F. (2001). *As três ecologias* (12a ed.). Campinas: Papirus.
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford: University Press.
- Higgins-Desbiolles, B.F. (2006). *Another world is possible: tourism, globalization and the Responsible Alternative*. Phd Thesis, Flinders University, South Africa.
- Houaiss, A., & Villar, M. S. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Illich, I. (1973). *Tools for conviviality*. Acedido em 31 de Janeiro de 2014, em <http://toolsforconviviality.digress.it>.
- Leff, E. (2006). *Racionalidade ambiental: A reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- McChesney, R. W. (2006). Introdução. In Chomsky, N. (Ed.), *O lucro ou as pessoas* (pp. 3-8). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2005). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Mowforth, M., & Munt, I. (2003). *Tourism and sustainability: New tourism in the third world*. London: Routledge.
- OMT (2001). *Global code of ethics for tourism*. Acedido a 31 de março de 2013, disponível em <http://www.unwto.org>
- OMT (2011). *About UNWTO*. Acedido a 31 de março de 2013, disponível em <http://www.unwto.org>
- OMT (2012). *Annual report 2011*. Acedido a 31 de março de 2013, disponível em http://dtxqt4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/annual_report_2011.pdf
- OMT (2013). *Annual report 2012*. Acedido a 31 de março de 2013, disponível em http://dtxqt4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/annual_report_2012.pdf
- Santos, B. S. (2000). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- Santos, B. S. (2010). *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2011). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência* (Vol. 1). São Paulo: Cortez.
- Santos, M. (1993). *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP.
- Van Dijk, T. A. (2008). *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.
- Whitelegg, J. (2000). *Aviation: The social, economic and environmental impact of flying*. London: Ashden Trust.
- WTTC (2012). *Travel and tourism world impact 2012*. Acedido a 31 de março de 2013, disponível em <http://www.wttc.org>
- WTTC (2013). WTTC homepage. Acedido a 31 de março de 2013, disponível em <http://www.wttc.org>
- WTTC (s/a). *A History of the World Travel & Tourism Council*. Acedido a 31 de março de 2013, disponível em <http://www.wttc.org>